

**FAAT – FACULDADE ATIBAIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

NICOLI COSTA DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM PARALISIA
CEREBRAL**

Atibaia, SP

2017

**FAAT – FACULDADE ATIBAIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

NICOLI COSTA DE OLIVEIRA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM PARALISIA
CEREBRAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura no Curso de Pedagogia, da FAAT – Faculdades, sob orientação da Prof. (ª) Glória Aparecida Pereira de Oliveira.

Atibaia, SP

2017

CURSO DE “PEDAGOGIA”

Termo de aprovação

NICOLI COSTA DE OLIVEIRA

“A inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral”.

Trabalho apresentado ao Curso de “Pedagogia”, para apreciação do (a) professor (a) orientador (a) Glória Aparecida Pereira de Oliveira, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Nota _____.

Atibaia, SP, ____ de _____ de 201__.

Prof (ª) Glória Aparecida Pereira de Oliveira

A Deus, porque dEle e por Ele e para Ele são todas as coisas, à memória de minha avó Ilda Cassemiro Costa, pelos anos de dedicação e orgulho que sempre teve por mim e sua família.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo maior mestre que poderia ter, por permitir que tudo isso acontecesse.

Agradeço a minha orientadora Glória Aparecida Pereira de Oliveira, pela confiança e empenho dedicado a elaboração deste trabalho. Agradeço a Instituição de Ensino Faat Faculdades, e ao corpo docente que foi fundamental para minha formação.

Agradeço ao meu aluno Vitor Ribeiro Oliveira e sua família.

Agradeço a minha mãe Terezinha de Fátima Costa de Oliveira, a qual o seu apoio foi muito importante para a minha formação, ao meu pai Elias Antônio de Oliveira que sempre se mostrou otimista e orgulhoso, ao meu irmão Matheus Costa de Oliveira por sempre me apoiar, ao meu noivo Francisco Venâncio Silva de Sousa por me encorajar e pela cumplicidade, a minha avó Ilda Cassemiro Costa que já não está mais entre nós, mas o seu amor foi fundamental para chegar até aqui.

Agradeço aos meus amigos e familiares que sempre acreditaram em mim.

Agradeço a todas as pessoas queridas que me ajudaram diretamente e indiretamente e fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças têm a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas.” (Mantovan)

RESUMO

A proposta da educação inclusiva vem se destacando aos longos dos anos, tanto no exterior como no Brasil. Tendo como ponto de partida a proposta de inclusão escolar o presente trabalho tem como objetivo de pesquisa verificar como se tem desenvolvido a inclusão escolar no ensino fundamental com crianças com paralisia cerebral. O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica e na sequência o relato de experiência. Como resultado foi possível destacar a importância da inclusão no âmbito escolar e as barreiras que a mesma carrega ao inserir o aluno, é necessário, estabelecer requisitos para que a criança possa desenvolver o ensino aprendizagem, demonstrando a importância da mediação. Portanto, a mediação é imprescindível para obtermos resultados satisfatórios e avanços capazes de mudar condições de vida dos alunos especiais.

Palavras chave: Inclusão. Mediador Escolar. Paralisia Cerebral. Relato de experiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A INCLUSÃO ESCOLAR E A PARALISIA CEREBRAL NA ESCOLA REGULAR	10
1.1 Breve história e dos marcos legais da educação inclusiva.....	10
1.2 A escola inclusiva.....	15
1.3 A formação de professores para inclusão.....	18
1.3.1 O papel do mediador para o sucesso da educação inclusiva.....	21
1.4 A inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral.....	23
2 O MEDIADOR NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	28
2.1 Relato de Experiência: O estágio e a mediação com a criança especial.....	28
2.1.1 O relato.....	28
2.1.2 O início das minhas atividades como mediadora.....	29
2.2 O aluno com PC em contexto educativo: diferentes metodologias e estratégias.....	32
2.2.1 Atividades de arte.....	33
2.2.2 O uso da tecnologia na realização de atividades de alunos com PC: o telefone celular como instrumento.....	34
2.2.3 O famoso carrinho.....	35
2.2.4 A apresentação de música.....	37
2.2.5 Relato da professora regente.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM	46

INTRODUÇÃO

A criança deficiente tem o mesmo direito que as crianças consideradas “normais”, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) estabelece que deve haver o atendimento educacional especializado aos deficientes na rede regular de ensino.

A socialização é uma forma importante no auxílio ao desenvolvimento de crianças com paralisia cerebral, elas apresentam um desenvolvimento diferenciado que necessita desse processo e do cuidado de pessoas o tempo todo, pois seu sistema nervoso central não está completamente desenvolvido, e com isso precisa de estimulação tanto sensorial quanto motora para que a evolução aconteça.

Para crianças com paralisia cerebral o simples ato de pegar um copo é uma grande conquista, ou de conseguir pronunciar o nome de um objeto, tudo é questão de ponto de vista e para um professor essa visão é fundamental, pois somente assim faz a inclusão escolar acontecer.

Eu escolhi o tema “A inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral”, para desenvolver na monografia, pois na escola onde sou estagiária, dou suporte a uma criança com paralisia cerebral há mais de um ano. E eu tenho o orgulho de dizer que a mesma é apaixonante, e que a cada dia eu aprendo coisas novas.

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio (ROGALSKI, 2010).

O autor aponta que:

O direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (ROGALSKI, 2010, p. 8).

Segundo Mantoan (2003, p.16) “a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”. Ou seja, o programa garante o direito do cidadão de estar dentro do âmbito escolar, desfrutando de todos os seus direitos quanto ser humano. Portanto, é muito comum para nós professores estarmos convivendo

diariamente com incluídos, e a cada dia nos capacitando durante as experiências que construímos dentro e fora da sala de aula.

Mantoan (2003, p.17) explica que:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter à situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos às deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas — sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.

Segundo o Guia dos direitos da pessoa com deficiência (2006), no âmbito estadual paulista, a Lei nº 11.263, de 12 de novembro de 2002 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ou seja, é preciso que haja a ligação entre o deficiente e mediador para que a inclusão aconteça de forma produtiva, tanto para o incluído quanto para o professor mediador.

Portanto, o processo de inclusão necessita de um profissional mediador capacitado para lidar com a criança com paralisia cerebral de modo que juntos possam enfrentar os desafios do dia-a-dia e principalmente contribuir para o processo de desenvolvimento da mesma.

Desta maneira esse estudo pretende responder a seguinte pergunta: Quais os benefícios a inclusão escolar traz para a criança com paralisia cerebral? Quais são os desafios que os professores encontram para realizar o trabalho com alunos com paralisia cerebral?

O objetivo geral dessa monografia é analisar os benefícios que a inclusão escolar traz para as crianças com paralisia cerebral, relatar os desafios que ambos (professor/aluno) enfrentam para conseguir realizar com sucesso esse trabalho.

Tem como objetivos específicos: verificar como se tem desenvolvido a inclusão escolar no ensino fundamental com crianças com paralisia cerebral, descrever o papel do mediador com crianças paralisia cerebral; apontar os requisitos necessários para a realização do trabalho com crianças deficientes.

No que se refere ao procedimento metodológico, a monografia foi elaborada com base em pesquisas bibliográficas, conforme Severino (2007, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador

trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

A monografia estrutura-se em dois capítulos. No primeiro capítulo foram apresentados estudos sobre a inclusão escolar, e a inclusão de crianças com paralisia cerebral. No segundo capítulo foi apresentado o relato de experiência que vivenciei ao mediar um aluno deficiente com a descrição do acolhimento e socialização diária, com o intuito de demonstrar o quão beneficente a inclusão escolar pode ser para as crianças. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

1 A INCLUSÃO ESCOLAR E A PARALISIA CEREBRAL NA ESCOLA REGULAR

A inclusão escolar tem por objetivo incluir o aluno com deficiência na rede regular de ensino, com a intenção de ampará-lo e ajudá-lo em seu desenvolvimento.

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológica, sociocultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades e ações práticas; já os determinantes materiais e econômicos viabilizam a reestruturação da escola. Nessa linha de pensamento, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educacionais, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social (BRASIL,2006 p.14)

A escola deve promover a formação/educação de todos e para todos. De acordo com Mantoan (2003, p. 12).

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Segundo a autora, se o que se pretende é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Os tópicos seguintes deste capítulo apresentam uma breve parte história e dos marcos legais da educação inclusiva, discorre sobre a escola inclusiva, a formação de professores para a inclusão, as atitudes negativas em relação à educação inclusiva, o papel do mediador pra o sucessor dessa educação e a inclusão de crianças com paralisia cerebral.

1.1 Breve história e dos marcos legais da educação inclusiva

Conforme Mantoan (2012), a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos, o primeiro marco entre 1854 a 1956, segundo marco entre 1957 a 1993 e o terceiro marco a partir de 1993 onde começam os movimentos a favor da inclusão escolar.

O primeiro período foi marcado pela fundação do Instituto dos Meninos Cegos, fundada no Rio de Janeiro em 1954.

O segundo período ocorreu em 1957 até 1993, no qual a Educação especial foi assumida pelo poder público, com a criação de campanhas voltadas para as deficiências, nesse mesmo ano foi fundada Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ.

E o último período a partir da década 1970 se inicia as discussões a respeito da educação especial, no qual surgem as responsabilidades governamentais desencadeando as instituições públicas e privadas (MANTOAN, 2012).

Segundo Rogalski (2010), no Brasil até a década de 1950 praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996 (ROGALSKI, 2010).

A Conferência de Jomtien que aconteceu na Tailândia em 1990, chamada Conferência Mundial sobre Educação para Todos teve por objetivo garantir a todas as pessoas o direito de adquirir os conhecimentos básicos para uma vida digna, decorrente aos compromissos assumidos nessa Conferência deu-se origem o Plano Decenal de Educação para Todos, cuja meta principal era assegurar, em dez anos (1993 a 2003) às crianças, jovens e adultos os conteúdos mínimos de aprendizagem para formação de si mesmos na sociedade, e principalmente extinguir qualquer natureza de pré-conceito dentro da educação.

A partir da aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 a pessoa deficiente foi denominada pelo termo portadora de deficiência, de acordo com o Decreto Nº 3.298 de 1999 a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Em 1994 foi reafirmado o compromisso que assegurasse a Educação para Todos, onde crianças, jovens e adultos deficientes estariam certificados no sistema de ensino regular garantidos pela Estrutura de Ação em Educação Especial que endossa a oportunidade da criança de frequentar o sistema de ensino regular, acreditando que a mesma possui capacidades e habilidades, cuja necessidade seja a estimulação pedagógica e acolhedora para que avance as limitações e alcance níveis e a aprimore.

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994, p.3).

O documento da Declaração de Salamanca aponta que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994, p.1).

Ainda conforme a Declaração de Salamanca:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de

desenvolver uma sociedade inclusiva. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 se preocupa com a construção de uma educação inclusiva, propondo obrigatoriamente a frequência na unidade de ensino regular não só de crianças com necessidades especiais, mas de qualquer cidadão.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 reconhece a necessidade da importância do serviço especializado do professor/mediador, no qual ele precisa de métodos, práticas pedagógicas e recursos de materiais para que desta forma possa trabalhar com eficácia assegurando que as crianças possam concluir o programa escolar.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (BRASIL, 1996).

Em 1994 foi elaborado pelo Ministério da Educação um catálogo para as pessoas portadoras de deficiência, que somente em 2001 foi legalizado através do artigo. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

- I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
 - a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (CNE/CEB nº 2, 2001).

O intuito da educação inclusiva e suas mudanças no decorrer dos anos são a adequações para atender as necessidades das pessoas com deficiência em suas dificuldades diárias, e no ensino regular.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (2001 a 2010) Lei nº 10.172/2001, reforça a necessidade do atendimento especializado para que a partir daí realmente possa existir a inclusão escolar de modo que seja beneficiária a ambos, buscando a

uma organização curricular de acordo as necessidades, garantindo o empenho do mesmo para a desenvoltura da criança.

Em 2007 foi o ano em que lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de assegurar a permanência do deficiente na educação básica e o acesso ao ensino superior.

Também em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que se refere aos eixos de formação de professores em relação à educação inclusiva, e propiciar todos os recursos que embasam a permanência das pessoas com deficiência:

[...] o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC (BRASIL, 2007).

O Benefício de Prestação Continuada assegura o idoso e à pessoa com deficiência a garantia de um salário mínimo mensal, visto que, a mesma muitas vezes está impossibilitada por natureza física; mental; motora e intelectual.

Em 2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008 define a educação especial com o público alvo os alunos com deficiência e transtornos globais, e mantêm a garantia do acesso dos mesmos as escolas regulares, com Decreto Nº. 6.571/2008 dispõe o atendimento educacional especializado tanto para os alunos como para a família e formação de professores.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação constroem a mesma ideia de educação inclusiva e especializada para os alunos inclusos, garantindo o acesso e a permanência no ensino regular.

Em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de ensino (BRASIL, 2010).

Outro marco da Educação Especial ocorreu em Nova York, a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, Decreto Nº 6.949 que foi

promulgado no Brasil dia 25 de Agosto de 2009, o qual teve como propósito proteger e assegurar os direitos humanos e liberdades das pessoas deficientes, de modo que as mesmas fossem beneficiadas.

De acordo com o Artigo 3 do documento Marcos Político-Legais da Educação Especial os princípios da Convenção são:

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre homem e mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (BRASIL, 2010, p.36).

O Plano Nacional da Educação (2014-2024), Lei nº 13.005/2014, é um dos documentos mais recentes com referencias a Educação Especial.

Todos os documentos referentes à Educação Inclusiva relatam a necessidade da experiência e capacitação profissional na área educativa, de modo que auxiliem no processo de inclusão, assim garantindo não somente o acesso das crianças ao ensino regular, mas também a certeza de que a mesma está sendo beneficiada dentro desse programa inclusivo.

1.2 A escola inclusiva

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) a política inclusiva vai muito além de garantir a permanência do aluno no ensino regular junto dos demais, ou seja, é preciso realizar a quebra dos paradigmas para a construção do novo e atender as necessidades do aluno deficiente.

Dessa forma, não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação especial é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais especiais atinja os objetivos da educação geral (BRASIL, 2001, p.29).

Uma escola para ser inclusiva depende muito da construção que ocorre durante o processo para adaptá-la a receber o aluno com necessidades especiais. Entre as adaptações necessárias está o currículo para receber a criança,

O currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com habilidades e interesses diferentes. (BRASIL, 2006, p.25).

Também a avaliação do aluno especial deve ser considerada de acordo com as conquistas almejadas em curto prazo ou em longo prazo, com intuito que o professor possua dados o suficiente para acompanhar os avanços que seu aluno desenvolve.

Para que o progresso da criança seja acompanhado, as formas de avaliação devem ser revistas. Avaliação formativa deverá ser incorporada no processo educacional regular, no sentido de manter alunos e professores informados do grau de aprendizagem alcançada, bem como identificar as dificuldades presentes, para auxiliar os alunos a superá-las (BRASIL, 2006, p.26).

Entretanto, um dos fatores primordiais para a formação da escola inclusiva é o preparo dos professores, pois ele é o agente responsável por estimular e suprimir todas as limitações do aluno. De acordo com Documento Subsidiário a Política de Inclusão, “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida, essencial para a melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.” (BRASIL, 2005, p.21).

O papel do professor é muito importante na escola inclusiva, e, portanto, seu preparo deve ser contínuo.

A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola (BRASIL, 2005, p.21).

A escola inclusiva requer um conjunto de elementos para que se possa realizar de fato a política de inclusão.

O programa Escola Acessível (2013) tem por objetivo promover a permanência e o acesso dos alunos deficientes nas classes regulares, com o intuito de promover o desenvolvimento dos mesmos dentro do espaço comum de aprendizagem, o qual realiza as adaptações no espaço e de mobílias acessíveis para os alunos.

O documento do programa Escola Acessível relata que tem parcerias que ajudam no desenvolvimento do mesmo, sendo que cada parceria tem a sua função.

O financiamento da Escola Acessível é assegurado pelo Ministério da Educação, disposto no Decreto nº 7.611/2011, através do Programa Dinheiro Direto na Escola, o qual dá assistência às redes de ensino com educação especial

Resolução/CD/FNDE nº 19, de 21 de maio de 2013: dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica, com matrículas de alunos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2013, p.6).

Para que a inclusão aconteça de fato, é necessário que a escola seja realista com o programa inclusivo, é preciso que levem em consideração alguns aspectos como a Escola Viva (2005), um projeto realizado pela Secretaria da Educação Especial voltado para atender e dar suporte às necessidades dos educadores em relação à educação inclusiva, uma coletânea com cinco cartilhas e duas fitas de vídeos que devem ser utilizadas para a formação dos professores e pesquisas educacionais:

- estudo crítico cuidadoso sobre a realidade no qual ele estará inserido (necessidades, desejos, objetivos, metas, problemas existentes, desvantagens, vantagens, fatores favoráveis, etc.)
- identificação de procedimentos que resolvam os problemas e aumentem os fatores que contribuam para o alcance de seus objetivos e metas;
- elaboração de cronograma realista e viável de implementação do processo;
- caracterização do sistema e dos procedimentos de suporte que serão necessários para garantir o sucesso do processo;
- elaboração e planejamento do sistema de avaliação do programa que permita acompanhar continuamente o cotidiano de sua implementação, permitindo também identificar as intervenções que se mostrem necessárias para garantir seu sucesso, materializado no alcance dos objetivos (BRASIL, 2005, p.17).

Miles (2000) indica que, em diversas culturas e contextos, as barreiras para a inclusão escolar podem estar relacionadas às pessoas (professores/pais) direta ou indiretamente envolvidas, à ausência de recursos financeiros e materiais, à falta de conhecimento e informação e às características do próprio contexto em que se vive.

A existência de barreiras a serem transpostas para efetivação da proposta escolar inclusiva é compreensível, uma vez que se trata de um processo um tanto quanto recente no Brasil e ainda em andamento. Os percalços ficam ainda mais evidentes se considerarem as limitações do sistema público de educação brasileiro. A inadequação das instalações e dependências de parcela expressiva das escolas, uma vez que não se contemplam espaços e condições para crianças com paralisia cerebral, o despreparo do docente para lidar com deficientes em geral, a carência de

materiais básicos, tais como livros e recursos tecnológicos avançados como computadores, a presença de uma prática pedagógica que não contempla a diversidade de necessidades educacionais e a ausência de equipes de apoio representa uma pequena amostra das barreiras a serem superadas na escola pública brasileira para que o processo de inclusão escolar se torne uma realidade. (GOMES et al, 2006).

Trata-se de limitações concretas e amplamente reconhecidas. No entanto, elas não devem imobilizar a busca por uma escola inclusiva. Uma das maiores barreiras para a educação é a formação do professor para atuar de forma inclusiva.

1.3 A formação de professores para inclusão

A formação de professores para atuar de forma inclusiva é necessária para a realização de um trabalho suscetível, pois o docente irá mediar e favorecer o desenvolvimento da criança deficiente, entretanto é importante ressaltar que existem as atitudes negativas em relação à educação inclusiva e qual o papel do mediador para obter o resultado contrário, sucesso.

Segundo Gomes et al (2006 apud KUESTER, 2000), parece existir, no contexto brasileiro, uma barreira que é pouco enfatizada na literatura científica, que é relevada a um segundo plano pelos profissionais da educação e que tem gerado uma inércia neste âmbito: as atitudes em relação à inclusão escolar. "Atitude é uma variável-chave para determinar o sucesso da educação inclusiva" (KUESTER, 2000) e pode ser definida como uma avaliação sumária - cognitiva e afetiva - de um objeto psicológico de tal forma que ele será considerado bom ou ruim, nocivo ou benéfico, agradável ou desagradável, desejável ou indesejável (GOMES apud AJZEN, 2001), que gera uma disposição para responder - dimensão conotativa das atitudes - de maneira favorável ou desfavorável a este objeto (GOMES apud AJZEN, 2002).

Atitudes negativas levam as pessoas a dizer: "Nós não temos [...], portanto nós não podemos fazer [...]", contudo, se mudarmos isso dizendo: "Nós somos [...], portanto nós fazemos", é possível transpormos a mais aparentemente insuperável das barreiras. Devemos usar o que temos em qualquer contexto em que estejamos trabalhando. Pessoas competentes são pessoas cheias de recursos (MILES, 2000, p.13).

Mantoan (2000) afirma que as barreiras relacionadas às atitudes negativas levam as pessoas a responderem desfavoravelmente à inclusão escolar e das crianças deficientes, a partir de certo valor. Vários estudos têm demonstrado o quanto às atitudes de professores, mediadores, diretores, pais, estudantes, psicólogos e outras pessoas são fundamentais para o processo de inclusão escolar.

Estes e outros estudos têm dado uma ênfase especial às atitudes dos docentes, pois, de acordo com Kuester (2000), um dos fatores mais importantes para o sucesso da inclusão de um estudante com necessidades especiais diz respeito à interação deste com o professor. Dentre as variáveis que influenciam as atitudes dos professores, a literatura científica tem se voltado para o tipo de professor, a natureza da necessidade especial, o gênero do docente, a experiência do professor, a experiência e o treinamento para trabalhar com os alunos deficientes, a presença de recursos necessários, o conhecimento sobre inclusão, o suporte familiar, atitudes em relação ao ensino em geral.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996) a formação continuada dos professores se faz necessária para o desenvolvimento de suas práticas escolares dentro das necessidades dos alunos.

A princípio formação continuada dos professores teve suas dificuldades no campo curricular dentre diversas naturezas, tanto no pedagógico como nas especificidades dos alunos.

No campo curricular, os principais problemas identificados na formação inicial de professores são: a) descon sideração do repertório de conhecimentos dos professores no planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas; b) o uso desarticulado e o tratamento inadequado dos conteúdos das várias áreas do conhecimento na prática pedagógica; c) a falta de oportunidades para o seu desenvolvimento cultural; d) o tratamento restritivo da sua atuação profissional, ligado tão-somente à preparação para a regência de classe, deixando de lado outras dimensões fundamentais, como a sua participação na formulação do projeto político-pedagógico da escola, o seu relacionamento com alunos e com a comunidade; e) a ausência de estímulo para se desenvolver uma postura investigativa, capaz de relacionar teoria e prática; f) a ausência de conteúdos relativos às novas tecnologias da informação e comunicação; g) a descon sideração das especificidades próprias dos níveis e/ou modalidades de ensino em que são atendidos os alunos da educação básica; h) a descon sideração das especificidades das áreas do conhecimento que compõem o quadro curricular na educação básica (SILVA, 2017, p.7 apud MEC, 2000, p. 24).

Mas as dificuldades foram vistas de outra forma quando passaram a olhar para o mundo contemporâneo de acordo com a Lei de Diretrizes de Bases (1996), no qual a inclusão é vista como prioridade a modo de repensar a formação e preparo dos professores.

A Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica propõe dentre outras questões, o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação do mundo contemporâneo e impõe exigências como a de orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos (MEC, 2000). Diante disso, é preciso romper com as fragilidades que invadem a instituição escolar que agora deve ser inclusiva, se adaptando para receber e fazer permanecer todo tipo de aluno e, portanto, repensar a maneira como está organizada a formação dos professores, a começar pela própria noção que se tem dos saberes e de conhecimentos necessários a esse profissional (SILVA, 2017, p.7).

Pensando nessa questão do preparo do professor, entra em questionamento a sua função como pedagogo e suas competências

Neste sentido, interpreta-se que o professor motivado a pensar, a buscar a sua autonomia cognitiva e didático-pedagógica, que englobe, em seu contexto, conteúdo, procedimentos e atitudes possa ter habilidade para fazer e atuar como sujeito pensante, capaz de construir o seu próprio conhecimento e, por isto mesmo, dotado do poder de questionar processos e procedimentos, é o pretense professor ideal nessa “sociedade do conhecimento” (SILVA, 2017, p.9).

A partir do que competente ao professor, o mesmo deve procurar subsídios necessários para ampliar sua base teórica, pois, é dele que irá partir a mediação entre o novo e sua desenvoltura. A sua formação continuada pode fluir de si mesmo, dentre seus questionamentos e vivências em sala de aula.

A sociedade atual indica que a perspectiva para os docentes é a de desenvolver estímulos e subsídios, de tal modo que a busca do conhecimento seja baseada no saber científico, todavia significativo para a sua atuação, enquanto mediador do saber. Pois, é inerente a capacidade de pensar do homem, mas o aprender a pensar e o aprender a aprender constituem-se em atividades que precisam ser estimuladas. Quanto à instituição escolar, por sua vez, a indicação é pela sua função de mediar à construção e a reconstrução da cultura, expressando a qualidade cognitiva e operativa das experiências de aprendizagem, tanto de alunos, quanto de professores (SILVA, 2017, p.10).

A escola deve assegurar e fomentar a formação continuada do professor com o intuito de estabelecer melhorias entre o ensino aprendizagem dos alunos, independente de suas dificuldades, juntamente com a prática pedagógica e estratégias estudadas pelo professor, fornece ao mesmo segurança e capacidade para saber lidar com as condições impostas pelo dia-a-dia, alcançando o sucesso.

Ao mesmo tempo na escola básica, o professor deve agora saber lidar com as diferenças, face às exigências de que os alunos devem aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, considerando a diversidade humana; o outro, que não é igual; acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de um currículo apropriado, de modificações organizacionais, novas estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (SILVA, 2017, p.12).

1.3.1 O papel do mediador para o sucesso da educação inclusiva

O mediador tem por função o papel de facilitar a introdução do aluno com necessidades especiais no ambiente escolar, de acordo com Mousinho et al. (2010, p.93):

O mediador é aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para os seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação recebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo o desenvolvimento.

A importância das atitudes para o sucesso da educação inclusiva, no qual abordam especificamente as atitudes de professores em relação à inclusão escolar de crianças com deficiência, o mediador tem um papel fundamental na vida do aluno, pois ele ajuda na construção de suas conquistas e desconstrói barreiras que impede a progressão do mesmo.

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. O mediador também atua em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico. Também pode acompanhar a criança ao banheiro, principalmente se estiver com objetivo de desfralde, auxiliando nos hábitos de higiene, promovendo independência e autonomia no decorrer da rotina. Isso poderá ser acordado junto à equipe escolar, se esta tiver auxiliar de turma, para que não aconteça conflito nas ações. Adaptar a estrutura física para organizar objetos no entorno, evitando grandes distratores ou exposição daqueles que representam manias é uma ação igualmente relevante (MOUSINHO et al. 2010, p.95).

É importante destacar que o mediador não trabalha sozinho, ele necessita do apoio do professor da classe, da equipe escolar, das boas relações na sala de aula e dos familiares para que a inclusão tenha sucesso, do mesmo modo que a mediação é responsável por ser a ponte do aluno até o processo de desenvolvimento, o qual deva fazer o encurtamento dessa ponte a cada dia e a cada progresso (REILY, 2004).

Dessa forma, o mediador necessita conhecer o tipo de necessidade que o aluno possui, é preciso levar em consideração as limitações para que assim haja

uma proposta específica para cada criança, portanto, o mediador contribui para que ocorra uma valorização e estimulação do mesmo em busca do desenvolvimento.

É essencial esse papel do mediador, visto que ele faz o acolhimento e estimulação social e cultural do aluno.

De acordo com Mousinho et al. (2010, p.93):

A principal função do mediador é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola.

Esse trabalho pedagógico realizado pelo mediador para com as crianças deficientes é especificado por Mousinho dessa maneira (2010, p.102):

- Solicitar no início do ano o calendário escolar e planejamento semanal pedagógico da turma;
- Conhecer o projeto pedagógico e método de aprendizado da escola que a criança está inserida;
- Adaptar, sempre que necessário, e com a orientação da professora e da equipe terapêutica, o planejamento pedagógico para a criança;
- Antecipar as atividades a serem realizadas na sala de aula com esquema de fotos, figuras ou por escrito;
- Ensinar a criança a pedir ajuda ao professor quando não estiver entendendo determinada tarefa;
- Ser capaz de improvisar recursos para a criança conseguir executar as tarefas, ou oferecer a tarefa em partes para que seja possível o raciocínio autônomo da criança;
- Junto à equipe escolar e terapêutica, adaptar as avaliações e provas, mesmo que seja conteúdo, ou formatação ou quantidade de exercícios;
- Motivar o desempenho da criança sempre, estimulando-a a persistir e a manter a atenção na tarefa;
- Buscar temas do seu interesse que possam ser utilizados como recursos para atingir um determinado objetivo pedagógico;
- Desenvolver memória de informação factual e trivial através de jogos;
- Praticar a reflexão sobre estratégias alternativas e aprender a pedir ajuda - flexibilidade do pensamento;
- Leitura, soletração, cálculo - observar se e quando a criança está utilizando uma estratégia não convencional e auxiliá-la a compreender o processo realizado;
- Pensamento visual - encorajar visualização usando diagramas e analogias. A aprendizagem visual é frequentemente melhor;
- Modificar estruturas de perguntas de interpretação de textos;
- Buscar recursos extras em DVDs ou jogos para conteúdos que serão desenvolvidos;
- Escolher os conteúdos mais relevantes para serem trabalhados. Ações devem envolver os alunos no mundo real; isso vai constituir oportunidades para a participação ativa, dirigir seus aprendizados, proporcionar desafio;
- Usar grupos flexíveis. Os grupos devem ser baseados nos objetivos, interesses, necessidades e habilidades. Agrupamento de alunos com necessidades semelhantes e diferentes necessidades devem ter lugar, conforme o caso, para permitir aos estudantes a compartilhar e ensinar uns aos outros;
- Usar uma ampla variedade de materiais. Alguns alunos podem apresentar dificuldade no uso de materiais "tradicionais" de ensino. Usar uma grande variedade de materiais oferece mais chances de ser bem sucedido;

- Misturar formatos das atividades propostas, favorecendo alunos que aprendem de forma diferente;
- Flexibilizar avaliações. Os testes tradicionais podem ser problemáticos para muitos estudantes, e o mediador poderá refletir com o professor sobre a maneira mais adequada o aluno em questão.

Todas as práticas propostas e realizadas pelo mediador devem levar em consideração a particularidade de cada aluno, no que se enquadra e principalmente a aceitação do mesmo. Contudo, deve haver acima de tudo ética e respeito com a família e principalmente com a criança.

Em hipótese alguma o mediador escolar deve perder de vista a ética das informações que deve passar à família. As impressões pessoais e sugestões no tratamento, por exemplo, devem ser discutidas com toda a equipe. Somente informações pertinentes ao desenvolvimento da criança, em concordância com a escola e terapeutas, deverão ser repassadas (MOUSINHO, 2010, p.103).

Evidenciada a importância do papel do mediador para que dessa forma ele possa realizar um conjunto de ações que resultem no sucesso da educação inclusiva para com as crianças especiais, de modo a superar todos os desafios e buscar a cada dia o sucesso da autonomia e desenvolvimento do aluno.

1.4 A inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral

A Paralisia Cerebral (PC) é uma lesão que atinge o cérebro e o sistema nervoso central dando origem a sequelas e o comprometimento do desenvolvimento motor e cognitivo da criança, Bobath (1979 apud ZAPOROSZENKO 2008, p.4,).

A Paralisia Cerebral de acordo com a literatura especializada é entendida como resultante de uma lesão ou mau desenvolvimento do cérebro, de caráter não progressivo, porém permanente e existindo desde a infância. A deficiência motora se expressa em padrões anormais de postura e movimentos, associados à tônus postural anormal. A lesão que atinge o cérebro quando é imaturo interfere no desenvolvimento motor da criança

A PC pode comprometer várias funções motoras e cognitivas, interferindo na locomoção, posturas, movimentos dos membros, e também ocorre o comprometimento da linguagem, a qual muitas vezes pode existir a falta dela. Visto que, varia de criança para criança, e depende da estimulação e trabalho que a criança recebe para estimular todos os aspectos afetados.

[...] a lesão cerebral pode comprometer a locomoção, postura, movimento, uso das mãos, a linguagem entre outras atividades. Dito de outra forma, os movimentos podem ser reduzidos, pode ocorrer a espasticidade, falta de marcha e a linguagem pode não existir ou ser deficitária. A cognição, por sua vez, nem sempre está comprometida, porém em alguns casos, a lesão

do sistema motor pode afetar o cérebro, originando a deficiência mental (ZAPOROSZENK, 2008, p.4).

A criança que tem PC necessita do atendimento pedagógico adequado de acordo com a sua necessidade, além do acompanhamento freqüente com os profissionais da área da saúde, desse modo ocorre uma avaliação em qual aspecto a mesma terá os tratamentos adequados.

A avaliação, tanto educacional quanto da área da saúde, deve ser cuidadosa, pois a criança quando impossibilitada de se expressar, pode não responder adequadamente aos testes realizados por professores, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, dentre outros profissionais (ZAPOROSZENKO, 2008, p.5).

É importante ressaltar que as crianças que possuem a PC podem ter a comunicação afetada, havendo pouca fala ou a inexistência da mesma, tudo depende da particularidade e o grau de cada criança, além do mais, algumas podem desenvolver a falar, e aumentar o vocabulário, tudo depende da forma que será trabalhado o desenvolvimento desse ponto.

De acordo com Nunes (2002 apud ZAPOROSZENKO 2008, p.6):

[...] a comunicação é uma necessidade básica entre os homens. Faz-se necessária nas relações, constituindo-se num aspecto fundamental para sobrevivência. A criança, desde seu nascimento faz uso do choro, do riso para expressar suas vontades. Aprende a falar aos poucos, utilizando-se de gestos e postura, assim mantendo contato com os demais e se tornando ativa em seu meio.

Dependendo dos casos da falta da linguagem existe a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA.), que permite que tenha outras formas de comunicação além da fala, desse modo, haverá comunicação através de outros meios, Glennem (1997 apud ZAPOROSZENKO 2008, p.6):

O termo Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) [...] é definido por outras formas de comunicação além da modalidade oral, como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto, símbolos pictográficos, uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada, dentre outros.

Assim, comunicação alternativa é necessária quando a criança não apresenta nenhuma forma de comunicação e necessita que exista outro meio para que ela consiga se expressar, já a comunicação ampliada é quando a criança possui algum tipo de comunicação, porém não é o suficiente para manter-se em uma conversa social, visto que, existirão recursos e adequações pedagógicas para realizar ambas as comunicações (CAA) (ZAPOROSZENKO, 2008).

Antes de indicar o método adequado a cada criança é preciso verificar a sua necessidade, pois, existem muitas crianças que possuem a PC e se comunicam muito bem, além de ter um vocabulário extenso, pelo fato de terem tido uma estimulação precoce a qual resulta na fala e no diálogo fluente.

A estimulação da fala esta relacionada a fatores importantes, como a família, os amigos, e principalmente da inclusão escolar adequada, pois, a educação inclusiva é composta de profissionais que são formados para trabalhar com as diversidades que a inclusão traz consigo.

A inclusão de crianças com paralisia cerebral é muito comum nas redes regulares de ensino, e esses alunos necessitam de cuidados tais como: alimentação; higiene pessoal; vestir-se, entre outros, e até da presença dos mediadores, para que facilitem a permanência dos mesmos no ambiente escolar, e também na colaboração do desenvolvimento.

Dependendo do grau de incapacidade do aluno, ele pode precisar de auxílio e/ou de equipamentos adaptados na vida diária. Em termos de desenvolvimento pessoal, social e de saúde, alguns alunos podem precisar de ajuda com tarefas como vestir-se, usar o banheiro e comer, enquanto outros precisarão de ajuda limitada apenas em algumas atividades. Em termos de desenvolvimento comportamental, emocional e social, os alunos com paralisia cerebral podem se sentir frustrados e ter baixa auto estima devido à condição (FARRELL, 2008, p. 82).

Um dos fatores responsáveis pelo sucesso da educação inclusiva é derrubar algumas barreiras criadas em relação ao aluno especial e seus obstáculos estereotipados, o correto é buscar conhecer e se aprofundar no aluno e na sua história, de modo que você possa realizar métodos que irão quebrar todos os estereótipos criados.

Devemos conhecer o aluno, sua história, suas necessidades e desejos, bem como identificar quais são as necessidades do contexto escolar, incluindo seu professor, seus colegas, os desafios curriculares e as tarefas exigidas no âmbito coletivo da sala e as possíveis barreiras encontradas que lhe impedem o acesso aos espaços da escola ou ao conhecimento (BRASIL, 2007, p. 35).

Desse modo, o mediador/professor acaba tendo conhecimento da complexidade de todos os tipos de deficiência que existem, e em especial com a PC (paralisia cerebral) o mediador/professor encontra estratégias e métodos que permitam a socialização do aluno no ambiente escolar, podem-se criar recursos didáticos e situações que o faça viver experiências como qualquer outra criança, permitir que brinque nos brinquedos infláveis, ou que até mesmo participe de uma peça teatral, encantando a todos os colegas e se superando a cada dia.

É necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 29).

“Para que seja possível promover a aprendizagem de crianças com paralisia cerebral, é importante que sejam implementadas adaptações curriculares de pequeno e grande porte” (MASTEY, 2015, p.6).

As adaptações realizadas são necessárias para destacar a realidade do aluno e a sua necessidade, permitindo-lhe o direito ao ensino de qualidade.

Muitas são as adaptações que o professor pode promover dentro da escola do hospital. Na Cartilha do MEC - Projeto Escola Viva - (2000, p. 10), são enumerados alguns ajustes que o professor da escola regular deverá implementar ao atender crianças com necessidades educativas especiais: “criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula; [...]adaptar materiais de uso comum em sala de aula; adotar sistemas alternativos de comunicação [...]”(MASTEY, 2015, p.6).

O professor atende as necessidades do aluno com Paralisia Cerebral por meio das adaptações realizadas tanto no currículo como nos materiais (concretos), os quais são fatores que auxiliam na sua desenvoltura e passam a ser meios de estimulação motora e cognitiva.

Os objetivos de ensino devem ser adaptados, priorizando-se alguns em detrimento de outros, com vistas a atender as necessidades educacionais. Acompanhando as adaptações de objetivos, os conteúdos previstos também são planejados conforme as necessidades, possibilidades e aptidões da criança aprendente. (MASTEY, 2015, p.7).

As limitações do aluno não o impede de aprender quando o docente/mediador não mede esforços para viabilizar o aprendizado do mesmo, o ponto de partida se dá por meio das peculiaridades da criança.

Quando há grande limitação motora, a escola deve considerar e respeitar a escrita lenta ou dificuldade para falar. Nessas situações, a escola precisa encontrar estratégias que possam viabilizar a aprendizagem, podendo até o professor ser o redator do aluno que se comunica por sinais ou simples piscar de olhos. Qualquer limitação motora pode ser minimizada através de recursos didáticos alternativos e diferenciados conforme a necessidade, sendo que, mesmo com a dificuldade de movimento, a criança consiga aprender e expressar suas respostas ao ensino dos conteúdos escolares. (MASTEY, 2015, p.8).

O mediador contribui para o trabalho de superação, ao proporcionar junto da equipe escolar vivências que auxiliam o aluno, apesar das dificuldades encontradas

o mediador consegue quebrar as barreiras e construir caminhos junto da criança, sendo com PC e grande parte da inclusão acontece através do acolhimento realizado pelo mediador para com a mesma.

Percebeu-se então, que o educador e toda equipe educacional além de reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus educandos, assegurando a qualidade da educação para todos mediante currículos adequados, mudanças organizacionais e estratégias de ensino, precisam urgentemente resgatar o AMOR a PROFISSÃO e uma enorme vontade da BUSCA DE INFORMAÇÕES, objetivando este novo desafio que é dar oportunidades a estas crianças que sempre estavam a mercê da sociedade (HOFFMANN, 2000, p.6).

De acordo com Hoffmann (2000, p.6) “todos os seres humanos têm condições de aprender. O importante é querer. O objetivo do educador frente a esta questão é de convencer e converter seu educando para este aprendizado, mostrando-lhe sua capacidade e habilidade interior de conhecer e aprender”.

O próximo capítulo apresenta o relato da experiência que vivenciei como mediadora na escola de educação fundamental com o aluno de PC e as etapas de sua socialização.

2 O MEDIADOR NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

A figura do mediador é fundamental na conquista pelo passo a passo do desenvolvimento da criança, ele faz o elo responsável pelo o sucesso da educação inclusiva. É importante considerar que as suas ações provocam e resultam no bom trabalho relacionado à criança, pois, é proporcionado situações que a permite sentir-se provocada e convocada a passar por um processo de evolução benéfico, tudo por conta do bom papel do mediador.

O aprendizado de habilidades ganha mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com uma paralisia cerebral, quando incluída em um ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado (BRASIL, 2007, p. 17-18).

As vivências como mediadora de uma criança com paralisia cerebral no ensino regular, durante o estágio motivaram a realizar este relato de experiência.

2.1 Relato de Experiência: O estágio e a mediação com a criança especial

Nesta monografia optou-se por apresentar o relato das experiências que desenvolvo como mediadora no estágio remunerado com uma criança especial.

O relato de experiência tem como intuito descrever uma experiência vivida de um determinado assunto, as atividades relevantes são registradas de forma precisa e progressiva (dia após dia), de modo a obter resultados finais.

2.1.1 O relato

Quando iniciei o estágio remunerado na cidade de Bom Jesus dos Perdões em 2016, a princípio fui contratada para estagiar numa escola onde não havia a necessidade dos alunos incluídos possuírem acompanhamento. Mas, tudo mudou quando surgiu à oportunidade de estagiar na EMEF Padre Arnaldo Vicente Belli, lá

eu me deparei com uma realidade totalmente inclusiva e dependente do acompanhamento.

Assim que cheguei à escola presenciei vários comentários positivos a respeito do aluno Vitor, por ser uma criança muito amorosa e teimosa, entretanto, este aluno já tinha o acompanhamento de uma mediadora.

O primeiro encontro com o Vitor (Figura 1) foi amor à primeira vista, lembro-me do mesmo chegando à escola saltitando com sua mochila de rodinhas e os colegas todos gentis foram o cumprimentar.

Com o passar das semanas eu pude acompanhar de perto o aquele trabalho que a professora regente e a estagiária mediadora faziam com ele, assim, quando o contrato da estagiária venceu e eu me dispus a fazer esse trabalho de socialização com o Vitor.

Figura 1 – Vitor e eu.



Fonte: A autora

2.1.2 O início das minhas atividades como mediadora

A EMEF Padre Arnaldo Vicente Belli pertence à Rede Municipal de Bom Jesus dos Perdões situada no bairro Marf I e atende a comunidade e aos bairros vizinhos.

Ao iniciar as minhas atividades junto ao Vitor no 4º ano, já conhecia a rotina da escola e me sentia muito bem acolhida pela equipe, principalmente pela professora regente do Vitor, assim, quando a antiga estagiária se desligou a professora me apresentou aos alunos como a nova mediadora do Vitor.

Em seguida a coordenadora me orientou a respeito de quais seriam as minhas atividades em relação às necessidades do aluno: higienização pessoal; alimentação; acompanhamento nos intervalos e salas de aulas; horários de entradas e saídas; brincadeiras de socialização e entre outros, e me deixou com certa autonomia para realizar o trabalho.

Eu não tive dificuldade na aproximação com o Vitor, ele é uma criança que gosta do contato físico (abraços e carinhos), e também gosta muito de receber toda atenção para ele, visto que é essencial para que possa desenvolver o vocabulário cada vez mais por meio do diálogo.

A afetividade é muito importante no processo do ensino e aprendizagem e na educação inclusiva, pois ela se torna ferramenta de construção da confiança e entrega do aluno, o Vitor passou a confiar quando sentiu que era recíproco todo aquele carinho.

A minha única dificuldade a princípio foi em relação em estabelecer a disciplina, necessária ao desenvolvimento do trabalho que iríamos realizar.

Por conta dessa dificuldade passei a pesquisar meios que pudessem me dar suporte de como inserir a rotina nas nossas atividades, e por meio do afeto eu consegui construir uma rotina a qual o mesmo permitia-se realizar, a construção da amizade entre nós foi necessária para que a rotina fosse agradável e aceitável.

Todos os dias eu o esperava no portão e sempre o recebia com carinho, todas as crianças o paparicavam também, depois eu o acompanhava pela escola até o momento de irmos para a sala de aula, durante esse trajeto eu percebi um interesse enorme dele pelo telefone celular e vi que poderia ser uma ferramenta importante para nós.

Dentro da sala de aula, não havia a necessidade da minha presença todo instante até mesmo pelo fato da professora gostar/fazer a mediação entre ele e todos os alunos, entretanto, nos dias que permaneci dentro da sala de aula pude

observar em todo momento a professora incluía o Vitor nas atividades, como em um diálogo, por exemplo, ele tinha a necessidade de estar se comunicando (socialização) e ela permitia essa comunicação e pedia o silêncio para todos ouvirem o que estava dizendo. Como o Vitor não é alfabetizado, as suas atividades estavam relacionadas à socialização e coordenação motora.

Fiz observação das aulas por alguns dias e esta tarefa foi essencial para tornar mais claro o meu papel de acordo com as necessidades do Vitor, pois além da PC o mesmo também possui um atraso neuropsicomotor que o tornava vulnerável a algumas situações e exigia mais de mim.

A observação foi necessária para que eu pudesse saber o modo de agir e me comportar na sua rotina, para que fosse positivo e não causasse transtornos de rejeição. Por meio dela pude me sentir um pouco segura antes de tomar algumas atitudes que pudessem causar negatividade, e também conhecer seu jeitinho, suas manias e gostos.

Entre as minhas responsabilidades para com o Vitor estava acompanhá-lo para tomar água, sua alimentação, e também realizar as trocas de fraldas e banhos quando necessário, além das atividades e brincadeiras para ajudar no processo de socialização.

Um trabalho que considero importante foi o desfraldar do Vitor, pois, ao longo do ano umas das limitações que encontrávamos era o uso da fralda, além do incomodo o deixava mais dependente de todos. A fralda era necessária usar todos os dias, pois o mesmo não conseguia utilizar o banheiro.

Com o passar do tempo fizemos um trabalho conjunto, a professora, a mãe, o Vitor e eu, juntos começamos essa batalha e a vencemos. Foram longos dois meses de muita dificuldade, e por fim conseguimos desfraldar.

O mais importante para sua vida foi essa grande conquista, hoje o Vitor é uma criança totalmente livre da fralda e das limitações e barreiras decorrentes de seu uso, e o meu orgulho é dizer que o mérito é todo dele, agora o Vitor consegue controlar seu corpo e tem autonomia para ir ao banheiro sozinho.

Planejamento das atividades

Após há primeira semana como mediadora percebi que poderia fazer mais pelo seu desenvolvimento no dia a dia escolar, portanto, todo dia era uma nova oportunidade de novas conquistas.

O planejamento é uma ferramenta fundamental para o processo de ensino aprendizagem, as atividades desenvolvidas têm como princípio utilizar tudo o que temos a nossa volta, a partir dele desenvolvemos métodos e estratégias que são úteis para a nossa rotina, e também descartamos as idéias que o aluno não se da muito bem (fracasso).

2.2 O aluno com PC em contexto educativo: diferentes metodologias e estratégias

De acordo com Martins (2012, p. 3), a metodologia utilizada no processo ensino-aprendizagem representa um vetor importante, tendo em vista alcançar metas pedagógicas previamente estabelecidas. É neste contexto de sala de aula que os métodos se constituem como referentes, conduzindo, mas não determinando uma ação.

A Educação Inclusiva impõe a alteração das práticas tradicionais, removendo as barreiras à aprendizagem e valorizando as diferenças. O trabalho dentro da sala de aula deve ser organizado de acordo com a diferenciação de estratégias de que cada aluno necessita. A *pedagogia inclusiva*, a *pedagogia da diversidade* e a *pedagogia diferenciada* representam, em termos globais, um mesmo corpo teórico de conhecimentos na medida em que contestam a uniformidade dos métodos, dos conteúdos, dos ritmos de progressão, de didáticas e de práticas pedagógicas e organizacionais. Defendem que, para as mesmas aprendizagens, os alunos poderão fazer percursos diversificados de acordo com um perfil evolutivo próprio e um contexto individualizado (MARTINS, 2012, p. 3).

O uso das metodologias e estratégias diferenciadas se faz necessárias com a realização no trabalho com PC, pois exige adaptações que corresponde a suas necessidades e peculiaridades.

A implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas, na intervenção com alunos com PC, pode ser coadjuvada pelo suporte que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) representam nas adaptações/adequações curriculares. A introdução de sistemas de comunicação alternativa/aumentativa (sempre que se revelarem facilitadores) deverá ser considerada o mais precocemente possível, atendendo a que a sua funcionalidade representa o sustentáculo de onde emergirão, quer as interações sociais, quer todo o referencial ao nível das aprendizagens formais e informais. Quebrando as barreiras impostas por uma incapacidade física e ao permitir uma comunicação das suas necessidades, mas também das suas capacidades e dos conhecimentos

adquiridos, estamos a potenciar um desenvolvimento intrapessoal e, igualmente de importância fulcral, uma tomada de conhecimento, por parte do docente e dos pares, já não somente sobre as suas limitações, mas também sobre as suas reais capacidades. (MARTINS, 2012, p.6)

Ao recorrer às adaptações eu pude utilizar objetos simples do nosso dia-a-dia, o qual virou uma ferramenta de avanço tanto cognitivo quanto o motor, além de todas as atividades feitas estimulavam perfeitamente a área social.

2.2.1 Atividades de arte

A primeira atividade que se tornou diária foram às tintas, todos os dias eu montava o seu “ateliê” com tintas guaches, cartolinas em branco e pincéis, e deixava que fluísse a criatividade, e também que sentisse o pincel nas mãos, as tintas, de forma aprimorar a coordenação e sensações.

No decorrer do afazer percebia que o mesmo se concentrava (Figura 2) e ficava relaxado (descontraído), enquanto pintava eu mantinha um diálogo e questionava sobre as cores das tintas, enquanto se mantinha interessado na movimentação o Vitor conseguia corresponder às cores, mas, quando se sentia cansado começava a insinuar desconhecimento da determinada cor.

Figura 2 – Pintura realizada para o dia das mães



Fonte: A autora

A arte como instrumento para o desenvolvimento fortalecia a coordenação motora do meu aluno, com o decorrer da prática as formas dos desenhos foram modificando-se, o ato de segurar o pincel adequadamente também, além de perceber nitidamente os traços mais firmes.

Acreditamos, que a criança com paralisia cerebral pode usufruir do desenho para ampliar suas fontes de comunicação, bem como é um exercício que a “prepara” para uma futura escrita e auxilia no desenvolvimento motor e cognitivo. Conforme Duarte (2011 p.101) “a grafia inicial precisa ser vivenciada por todas as crianças. Ela é essencial para que a criança, experimentando, adquira controle sobre os gestos que, mais tarde, vão lhe garantir a possibilidade de escrever e desenhar figuras” (OLEQUES 2014, p.8 apud DUARTE 2011, p.101).

A arte é um meio que proporciona a criança diversas conquistas como motoras, e também visualmente, pois conseguimos acompanhar a evolução do aluno, e ele também consegue ter essa percepção de crescimento. O meu aluno teve grandes avanços na pintura, a qual favoreceu também, um comportamento tranquilo durante a semana, pois, sentia-se relaxado.

2.2.2 O uso da tecnologia na realização de atividades de alunos com PC: o telefone celular como instrumento

Conforme apontei acima, o Vitor possuía um interesse muito grande pelo celular apesar de não saber como funcionava, mas o interesse era tanto que eu comecei a pesquisar jogos educativos para que ele pudesse manusear (com moderação) o telefone e consegui encontrar um jogo que ele podia interagir, “Jogos de pintura com desenhos animados”, o Vitor gostava muito dos desenhos animados.

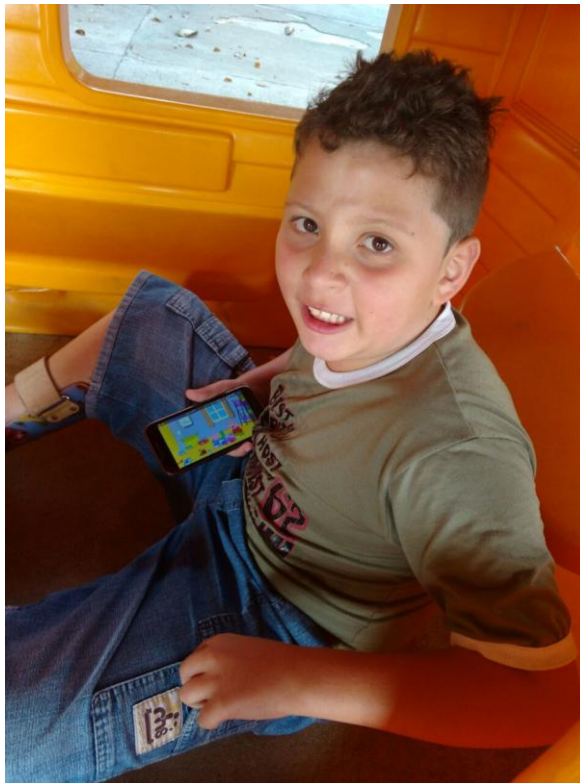
Quando entreguei o celular nas mãos do Vitor ele nem se continha de tanta alegria, não demorou muito e ele já sabia todas as funções do jogo e isso me deu um ponto de partida de que ele era capaz de aprender.

O celular se tornou uma ferramenta muito útil para nós (Figura 3), porque por meio do mesmo estabelecemos uma recompensa (incentivo) quando o Vitor realizava algumas atividades do dia-a-dia obtinha o direito de jogar no celular, o que o deixava muito feliz. Havia inovações nos jogos educativos, e sempre o Vitor aprendi todas as técnicas necessárias para jogar.

De acordo com Heidrich o uso da tecnologia permite que estimule e desenvolva o cognitivo.

Os recursos de acessibilidade tecnológica são entendidos por nós como instrumentos dirigidos ao domínio do ambiente computacional e como signos, pois possibilitam a comunicação entre o sujeito e a máquina, através do software que utiliza um sistema de signos (a linguagem, a escrita, os números, etc), sendo considerado por isso como ferramenta cognitiva (HEIDRICH, 2012, p.6).

Figura 3 – Vitor jogando no aparelho telefone celular



Fonte: A autora

O uso do celular passou a ser ferramenta de aprendizado quando o meu aluno passou a aprender todas as técnicas para usá-lo, pois, o mesmo tinha muito interesse pelo aparelho. A tecnologia usada com sabedoria e para fins educativos pode ser um meio de avanços cognitivos e motor também.

2.2.3 O famoso carrinho

Assim como a tecnologia do celular era legal, as boas e velhas brincadeiras de criança também, além de serem super sadias e fazer qualquer um muito feliz.

A escola possuía um tipo de carro de bebê desmontado e que dava a impressão de um carro de verdade, o Vitor tornou-se o motorista desse “veículo” (Figura 4), todos os dias ele dirigia o carro pela escola inteira e às vezes gostava de ser o passageiro (sentando no suposto suporte).

A intenção de utilizar esse carrinho tinha relação com o trabalho de coordenação motora, e também em relação à capacidade de resolver as situações problemas, pois, a escola possuía algumas deformações no solo e árvores espalhadas, fazendo com que o aluno seja estimulado a encontrar uma saída ao se deparar com um buraco no chão.

A adaptação do carrinho permite que o Vitor tenha autonomia ao andar pela escola melhorando sua coordenação e locomoção. Também, que realize outros movimentos e estimule a criatividade ao dirigir o carro.

Figura – 4 Carrinho de bebê adaptado



Fonte: A autora

Utilizar os objetos a nossa volta pode favorecer o aluno, nesse caso o Vitor encantou-se por esse carrinho adaptado, e a sua imaginação foi muito estimulada por meio dele, o lúdico criou situações problemas que o mesmo conseguia resolver, além de ajudar-lhe na coordenação motora.

Os brinquedos e adaptações feitas como estratégias de desenvolvimentos são super positivas, pois, é pensada exatamente na particularidade do aluno, como o Vitor teve grandes avanços e se divertiu bastante.

2.2.4 Apresentação de música

Durante as aulas de artes o professor de artes pediu que todos os alunos preparassem uma apresentação para um sarau de música, o qual acontece no fechamento do bimestre, o tema era livre.

Eu acreditei que o Vitor pudesse fazer a sua apresentação e eu estaria ao seu lado, e não foi diferente, no decorrer dos dias ensaiamos a música do Renato Russo – Pais e Filhos. Já era de costume o contato com a música, sempre procurei trazer a música como uma opção de trabalhar a sua memória, e principalmente a linguagem.

No dia da apresentação, quando o professor o chamou o mesmo foi correndo, (sem playback) cantamos para todos os colegas, e ele sempre dando ênfase a parte que mais gostava da música “É preciso amar as pessoas como se não houvesse...”. (Figura 6)

De acordo com Lemos (2011, p. 35) “na prática docente e, em especial nas aulas de música, isto deve ser conteúdo, em que a construção de valores e respeito aos modos de expressão esteja atrelada à liberdade de expressão e à arte”.

A música se tornou instrumento de aprendizado para nós, quando o mesmo passou a sentir-se confortável e demonstrou-se capaz de cantar e decorar versos, ao realizarmos a apresentação do Sarau todos se surpreenderam.

Por isto, é necessário que o ambiente do fazer musical seja em essência agregador e que, o professor esteja disponível e receptivo para aprender com seus alunos, abrindo caminhos que facilitem as atitudes de escuta e a forma com que estes recebem as mais variadas expressões sonoras, bem como a maneira como produzem música para suas vidas (LEMOS, 2011, p. 40).

Figura 6 – Prêmio recebido pela participação do Sarau de música



Fonte: A autora.

A música foi importante para o processo de socialização do meu aluno, ajudou a desenvolver sua linguagem e comunicação. Além, do mesmo ter demonstrado ser capaz de realizar até apresentações escolares dentro do seu limite, e assim usufruindo da inclusão de fato e direito.

2.2.5 Relato da professora regente

Quando começamos as aulas em 2016, estava tensa, sabendo que receberia um aluno com paralisia cerebral. Logo que tivemos o primeiro contato, fiquei super tranquila.

A professora do ano anterior havia dito que o V gostava de picar papel e toda hora batia a porta. No começo ele fazia isso mesmo, batia a porta a todo momento mas, com o tempo eu fui conversando e ele parou de fazer isso.

O meu contato com ele sempre foi muito rápido quando nos encontrávamos no pátio, no corredor. Mas, mesmo sendo um curto tempo, eu pude ver sua evolução. Quando chegou a nossa escola ele sabia apenas o seu nome e não falava uma frase. Com o passar dos anos, o seu desenvolvimento foi sublime.

Na sala de aula todos os alunos tinham um carinho imenso por ele e era recíproco, o V também sabia até o nome de cada um. Quando faltava um aluno ele já perguntava sobre ele. Eu sempre falava com carinho, tratava-o com muito amor e também dava broncas quando era necessário. Tinha dia que era meu ajudante (chegou a entregar as atividades para os alunos, tenho até filmagem).

Não posso deixar de citar o ser humano incrível que chegou para ajudá-lo, a senhorita Nicoli; mulher encantadora, doce, educada e cheia de amor para dar! O V estava muito feliz em poder contar com a prestatividade da Nicoli. Ela dava atenção extrema, fazia pinturas com ele, colocava vídeos com desenhos que ele adorava, tinha toda paciência do mundo! No segundo semestre, com muito esforço, ela conseguiu fazer com que ele fizesse suas necessidades fisiológicas usando o banheiro, foi uma alegria!

Enfim, nós duas trabalhamos com o V ajudando-o a evoluir psicológica e fisicamente (Figura 7). Tenho certeza que ficará marcado em nossos corações pelo resto de nossas vidas!

Figura 7 – Vitor e a professora regente



Foto: A autora

Todos os registros apresentados relatam que os profissionais em conjunto, responsáveis e preparados, dentro de um ambiente acolhedor fazem com que a inclusão escolar aconteça de fato direito. Em relação ao Vitor, a inclusão permitiu evolução tanto para ele, quanto para mim (mediação), as atividades realizadas foram pensadas exatamente para a sua socialização e desenvolvimentos básicos.

Um dos fatores importante para o sucesso da inclusão é a afetividade, que por meio dela acontece uma educação inclusiva de qualidade, o qual a mediadora estabelece um vínculo de respeito, amizade, e confiança. Dessa forma, o aluno entrega-se por inteiro nas nossas atividades.

Todos os resultados alcançados durante esse trabalho é essencial para a minha vida profissional e pessoal, pois, demonstra a dedicação e empenho que coloquei nessa causa, a qual valeu muita a pena. A educação inclusiva é possível acontecer, basta que todos saiam da zona de conforto e lutem pelo melhor para com seu aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado teve como finalidade compreender o papel do mediador, as dificuldades e conquistas que o mesmo encontra na atuação com crianças com Paralisia Cerebral (PC).

A inclusão escolar garante a todas as crianças com necessidades especiais o direito a uma educação com qualidade e sem pré-conceitos, o qual irá favorecer para o seu desenvolvimento cognitivo, social e motor.

Estimular a inclusão permite que o aluno usufrua de seus direitos, sem distinção, independente das características o professor/mediador deve estar preparado para atender a todas as demandas, com base na suas competências, formação teórica e formação continuada, buscando novas estratégias e metodologias para fundamentar a vida do aluno.

As dificuldades encontradas exigem a dedicação do docente, para que possa reconhecer as necessidades do aluno, o qual irá descobrir o melhor método de inclusão, por meio do espaço adequado, a arte, a música, o lúdico, as brincadeiras, dentre outras.

As práticas pedagógicas buscadas pelo professor é o que vai viabilizar o ensino aprendido, gerando sucesso ou descartando hipóteses fracassadas, já que cada criança possui a sua peculiaridade. A mediação entre o saber e a criança depende do conhecimento íntimo com o mesmo, a relação de amizade e afetividade.

Como mediadora tive a compreensão de que o papel do mesmo é ajudar o aluno a superar todas as suas limitações, quebrando todas as barreiras do pré-conceito e fracasso da inclusão escolar.

O trabalho de socialização realizado com a especificidade PC (paralisia cerebral) é de imensa necessidade, o que parece ser simples e instintivo para nós, para eles demanda muito mais tempo e paciência e até mesmo a utilização de outros recursos para ajudar-lhos em coisas simples do nosso dia-a-dia.

A criança especial (PC) possui dificuldades de locomoção, movimentos e de interação intelectual, o que os deixam mais dependente das pessoas a sua volta, a sua particularidade nos ensina a verdadeira capacidade de amar o próximo, de cuidar, de respeitar, de ajudá-lo e lhe tratar sem restrições.

Portanto, cabe ao profissional (pedagogo) promover a inclusão escolar com êxito, permitindo que o aluno crie condições de autonomia para explorar o ambiente a sua volta, descobrir coisas novas que o faça sentir-se capaz de enfrentar todas as dificuldades da vida.

Todos os estudos feitos para a realização deste trabalho foram fundamentais com relação a minha vivência como mediadora, o qual contribuiu para o meu senso reflexivo da tamanha importância sobre a inclusão de diversas naturezas.

Toda essa experiência me permitiu crescer como ser humano, e principalmente concedeu o meu crescimento profissional que levarei para toda vida, também destaquei a minha principal vocação para a Educação Inclusiva, o papel de mediadora fez com que o meu olhar fosse necessário para criar estratégias e tomar os devidos cuidados com a educação especial para favorecer o meu aluno.

O resultado alcançado é fruto de muita dedicação, carinho, perseverança e muitos ensinamentos, todos são itens necessários para realizar a educação inclusiva com qualidade e sucesso.

Saber que fiz parte de sua vida e dei o meu melhor é muito gratificante, hoje sou uma pessoa capaz de exercer a minha função como pedagoga, e acredito numa inclusão de sucesso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ed Brasília. DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em: 20/07/2017.
BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Escola Acessível**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>> Acesso em: 19/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Subsidiário À Política de Inclusão**. Brasília, 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>> Acesso em: 19/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola viva**. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/construindo.pdf>>. Acesso em: 12/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192> Acesso em: 19/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 16/06/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/orientacoes_srm_2006.pdf>. Acesso em: 31/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado**: deficiência física. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_02_11>

[2014_14_02_03_idinscrito_2210_9b0ecd32ccf9e596f7572d4eb05b8da2.pdf](#)>. Acesso em: 31/07/2017.

BRASIL. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 10/06/2017.

FARRELL, M. **Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOMES, Claudia. **Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental**. Marília, vol.12, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000100007> Acesso em 18/06/2017.

HEIDRICH, Regina. Inclusão escolar de aluno com paralisia cerebral, utilizando tecnologias de informação e de comunicação. Rio Grande do Sul: **Revista Ibero Americana de Educação** (ISSN: 1681-5653), Vol. 60, Nº. 2, 2012.

HOFFMANN, R; TAFNER, M; FISCHER, Juliane, et al. **Paralisia Cerebral e Aprendizagem: Um estudo de caso inserido no ensino regular**. Santa Catarina: ICPG, 2000.

LEMONS, Cristina. A música como uma prática inclusiva na educação. **Revista Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Paraná volume 2, 2011. Disponível em: <https://www.meloteca.com/musicoterapia2014/cristina-lemos_a-musica-como-uma-pratica-inclusiva.pdf> Acesso em: 01/12/2017.

MANTOAN, Maria. **A educação especial no Brasil: da Exclusão a inclusão escolar**. São Paulo: Unicamp, 2012.

MANTOAN, Maria. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Isabel. **O aluno com paralisia cerebral em contexto educativo: diferenciação de metodologias e de estratégias**. São Paulo: Milenium, 2012.

MASTEY, R; BASSO, R; PEREIRA, R; CASTRO, D, et al. **Paralisia Cerebral: O encontro com o aprendizado**. Paraná: Educere XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18121_9045.pdf

MOUSINHO, R.; SCHMID, E.; MESQUITA, F.; PEREIRA, J.; MENDES, L.; OLIVEIRA, Ângela (Coord.) et al. **Mediação: método de resolução de controvérsias**. São Paulo: LTR, 1999.

OABSP. **Guia dos direitos das pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: <<http://paralisiacerebral.org.br/apps/guidadireito.pdf>>. Acesso em: 08/06/2017.

OLEQUES, Liane. **Arte e inclusão: Práticas de ensino**. Florianópolis: CEART/UDESC. 2014

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva** Linguagem e Mediação. Campinas: Papyrus, 2004.

ROGALSKI, Solange. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Rio Grande do Sul: Revista de Educação do IDEU. v. 5, n.12, 2010. Disponível em: http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**, 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Y; GRANEMAN, Jucélia et al. A formação de professores no estado de Goiás: O desafio da Educação Inclusiva. **Revista Eletrônica**, v 13, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02/06/2017.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 19/07/2017.

UNESCO. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, 2006. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf>. Acesso em: 12/06/2017.

ZAPOROSZENKO, Ana. **Comunicação alternativa e paralisia cerebral: recursos didáticos e de expressão**. Maringá, 2008. Disponível em: < https://www.academia.edu/5940667/CADERNO_PEDAG%C3%93GICO_S%C3%89RIE_EDUCA%C3%87%C3%83O_ESPECIAL>. Acesso em: 31/07/2017.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Neste ato, Elaine Ap O. Damiao, nacionalidade Brasileira, estado civil casada, portador da Cédula de identidade RG nº 45.359.771-3, inscrito no CPF sob nº 357.286.818/76, residente à Av/Rua Carmine Pugliese, nº. 633, município de Bem Jesus dos Perdões SP. **AUTORIZO** o uso de imagem de Vitor Oliveira Ribeiro, nacionalidade Brasileiro, menor de idade, neste ato devidamente representado por mim (eu responsável legal), em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada neste Trabalho de conclusão de curso e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela FAAT – Faculdades Atibaia sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) outdoor; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros), artigos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

B. J. Perce, dia 8 de Dezembro de 2017.

Elaine Ap Oliveira Damiao
(assinatura)

Nome da criança:
Por seu Responsável Legal:
Telefone p/ contato: